

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Casa do Povo de Areias

ANO: 2025



ÍNDICE

1 - Identificação da entidade	4
1.1 - Dados de identificação	4
2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	4
2.1 - Referencial contabilístico utilizado	4
2.2 - Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras	5
2.3 - Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior	5
3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	5
3.1 - Principais políticas contabilísticas	5
3.2 - Alterações nas políticas contabilísticas	10
3.3 - Alterações nas estimativas contabilísticas	10
4 - Ativos fixos tangíveis	10
4.1 - Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis	10
4.1.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:	10
4.1.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:	10
5 - Rendimentos e gastos	12
5.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços	12
5.2 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:	12
5.3 - Discriminação dos fornecimentos e serviços externos	12
5.4 - Outras divulgações sobre rendimentos e gastos	13
5.4.1 - Outros Rendimentos	13
5.4.2 - Outros Gastos	13
6 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	14
6.1 - Outras divulgações	14
7 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas	14
7.1 - Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas	14
7.2 - Principais doadores / fontes de fundos	15
8 - Instrumentos financeiros	15
8.1 - Base de mensuração e políticas contabilísticas adotadas na contabilização de instrumentos financeiros	15
8.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte:	16
8.3 - Ajustamentos de valor reconhecidos no período em instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor	16
8.3.1 - Perdas por imparidade em ativos financeiros, conforme discriminação no quadro seguinte:	16
8.3.2 - Discriminação das dívidas de cobrança duvidosa:	17
8.4 - Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:	17
9 - Benefícios dos empregados	18
9.1 - Divulgações relativas a membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão	18
9.2 - Benefícios dos empregados e encargos da entidade	18
10 - Acontecimentos após a data do balanço	18
10.1 - Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados	18



ANEXO DO ANO DE 2025
(montantes em EURO)

Casa do Povo de Areias

nem no balanço	
11 - Divulgações exigidas por diplomas legais	19
11.1 - Informação por atividade económica	19
11.2 - Informação por mercado geográfico	19
11.3 - Outras divulgações exigidas por diplomas legais	20
12 - Impostos e contribuições	20
12.1 - Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento;	20
12.2 - Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições	20
13 - Fluxos de caixa	21
13.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários;	21

Direção

Contabilista Certificado N.º 71156



1 - Identificação da entidade

1.1 - Dados de identificação

Designação da entidade: Casa do Povo de Areias

Número de identificação de pessoa coletiva: 500918953

Lugar da sede social: Rua de São Vicente, 1228

Endereço eletrónico: cpareias@gmail.com

Página da internet: <https://casadopovodeareias.pt/>

Natureza da atividade: Outras atividades associativas, n.e., pessoa coletiva de utilidade pública, equiparada a Instituição Particular de Solidariedade Social

A Associação tem como objetivo principal prestar serviços de apoio e solidariedade às populações, promovendo o bem-estar das pessoas, famílias, comunidades e associados, mormente à infância, juventude, terceira idade e deficientes. Destacam-se as seguintes áreas:

- a) Apoio à família;
- b) Apoio às pessoas idosas;
- c) Apoio às pessoas com deficiência e incapacidade;
- d) Apoio à integração social e comunitária;

2. Secundariamente a associação propõe-se ainda:

- a) Promover ações de animação sociocultural e desenvolver a prática desportiva, quer por iniciativa própria, quer de acordo e coordenação com outras entidades;
- b) Fomentar a participação das populações nas ações desenvolvidas para satisfazer as necessidades da comunidade e melhorar a sua qualidade de vida nos aspetos sociais, culturais, desportivos e recreativos;
- c) Executar, por delegação, tarefas no âmbito dos serviços públicos, ou por estes solicitadas, por forma a aproximá-los das populações.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 - Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foi utilizada a Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

Direção

Contabilista Certificado N° 71156



A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2025 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024.

2.2 - Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pela Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

2.3 - Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

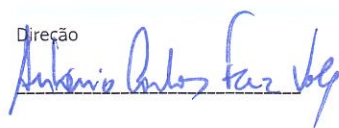
Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2025 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período findo em 01 de janeiro de 2025.

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

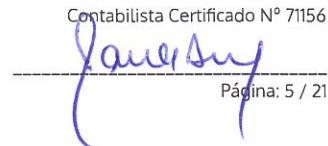
3.1 - Principais políticas contabilísticas

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Direção


Contabilista Certificado N° 71156


Página: 5 / 21



Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no item "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Ativos intangíveis

Direção

Contabilista Certificado N.º 71156

Página: 6 / 21



À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidos na demonstração dos resultados quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Os ativos intangíveis sem vida útil definida são amortizados num período máximo de 10 anos.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias e empresas associadas consideradas estas últimas como aquelas onde exerce alguma influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais (participações compreendidas entre 20% a 50% do capital de da participada - influência significativa), são registados pelo método do custo.

De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustadas por perdas por imparidade. Os dividendos recebidos e as coberturas de prejuízos efetuadas são registadas diretamente em rendimentos e gastos, respetivamente.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão no item do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

- Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos de produção considerados como normais. Não incluem gastos de financiamento, nem gastos administrativos.

Direção

Contabilista Certificado N° 71156

Página: 7 / 21



- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a gerência procura sustentar as suas expetativas de perdas num ambiente de prudência.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Locações

Direção

Contabilista Certificado N° 71156



Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para este tipo de ativo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerentes.

- Rêdito e regime do acréscimo

O rêdito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rêdito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto no ponto 12 - Rêdito da Entidades do Sector Não Lucrativo, dado que o rêdito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou, se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". São transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Direção

Contabilista Certificado N° 71156

Página: 9 / 21



Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.2 - Alterações nas políticas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

3.3 - Alterações nas estimativas contabilísticas

Não foram efetuadas alterações às estimativas contabilísticas. As estimativas efetuadas são consistentes com as realizadas nos períodos anteriores.

4 - Ativos fixos tangíveis

4.1 - Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível estão valorizados de acordo com o modelo de custo, segundo o qual um item do ativo tangível é escriturado pelo seu custo, deduzido das depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

4.1.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Instituição deprecia os ativos fixos tangíveis, de acordo com a vida útil estimada pela Direção.

AFT - Bases mensuração e métodos de depreciação:

Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil	Taxa Depreciação
Edifícios e outras construções	Modelo de Custo	Método de linha reta	10/50 anos	10%/2%
Equipamento básico	Modelo de Custo	Método de linha reta	6/8 anos	16,67%/12,5%
Equipamento administrativo	Modelo de Custo	Método de linha reta	5 e 7 anos	20%/14,28%

4.1.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2025 e do 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Direção

Contabilista Certificado N° 71156

Página: 10 / 21



ANEXO DO ANO DE 2025
(montantes em EURO)

Casa do Povo de Areias

Ativos fixos tangíveis - movimentos do período (ESNL):

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	52.701,50	166.068,13	0,00	0,00	1.449,79	0,00	0,00	0,00	0,00	220.219,42
Depreciações acumuladas	0,00	134.467,63	0,00	0,00	482,22	0,00	0,00	0,00	0,00	134.949,85
Saldo no início do período	52.701,50	31.600,50	0,00	0,00	967,57	0,00	0,00	0,00	0,00	85.269,57
Variações do período	0,00	33.283,90	753,36	0,00	-267,60	0,00	0,00	0,00	0,00	33.769,66
Total de aumentos	0,00	0,00	861,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	861,00
Aquisições em primeira mão	0,00	0,00	861,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	861,00
Total diminuições	0,00	12.364,20	107,64	0,00	267,60	0,00	0,00	0,00	0,00	12.739,44
Depreciações do período	0,00	12.364,20	107,64	0,00	267,60	0,00	0,00	0,00	0,00	12.739,44
Transferências de AFT	0,00	45.648,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.648,10
Saldo no fim do período	52.701,50	64.884,40	753,36	0,00	699,97	0,00	0,00	0,00	0,00	119.039,23
Valor bruto no fim do período	52.701,50	211.716,23	861,00	0,00	1.449,79	0,00	0,00	0,00	0,00	266.728,52
Depreciações acumuladas no fim do período	0,00	146.831,83	107,64	0,00	749,82	0,00	0,00	0,00	0,00	147.689,29

Ativos fixos tangíveis - movimentos do período (ESNL) - Quadro Comparativo (2024):

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	52.701,50	166.068,13	0,00	0,00	1.449,79	0,00	0,00	0,00	0,00	220.219,42
Depreciações acumuladas	0,00	125.527,03	0,00	0,00	214,62	0,00	0,00	0,00	0,00	125.741,65
Saldo no início do período	52.701,50	40.541,10	0,00	0,00	1.235,17	0,00	0,00	0,00	0,00	94.477,77
Variações do período	0,00	-8.940,60	0,00	0,00	-267,60	0,00	0,00	0,00	0,00	-9.208,20
Total de aumentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total diminuições	0,00	8.940,60	0,00	0,00	267,60	0,00	0,00	0,00	0,00	9.208,20
Depreciações do período	0,00	8.940,60	0,00	0,00	267,60	0,00	0,00	0,00	0,00	9.208,20
Saldo no fim do período	52.701,50	31.600,50	0,00	0,00	967,57	0,00	0,00	0,00	0,00	85.269,57
Valor bruto no fim do período	52.701,50	166.068,13	0,00	0,00	1.449,79	0,00	0,00	0,00	0,00	220.219,42
Depreciações acumuladas no fim do período	0,00	134.467,63	0,00	0,00	482,22	0,00	0,00	0,00	0,00	134.949,85

Direção

Contabilista Certificado N° 71156

Página: 11 / 21



5 - Rendimentos e gastos

5.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

- Prestação de serviços - são reconhecidos na Demonstração dos Resultados à medida que vão sendo prestados os serviços;
As receitas de prestação de serviços são relativas às mensalidades dos utentes.

5.2 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Rédito - informação por naturezas:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Prestação de serviços	37.207,15	30.646,33
Total	37.207,15	30.646,33

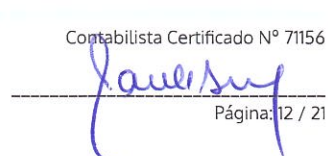
5.3 - Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e do 2024 foi a seguinte:

Direção



Contabilista Certificado N° 71156





ANEXO DO ANO DE 2025
(montantes em EURO)

Casa do Povo de Areias

Fornecimentos e Serviços Externos - Detalhe:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Serviços especializados	49.312,12	40.999,32
Trabalhos especializados	21.206,68	20.014,64
Honorários	25.876,00	19.707,78
Conservação e reparação	1.168,50	129,50
Outros	1.060,94	1.147,40
Materiais	6.187,70	5.841,69
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1.984,60	2.124,35
Material de escritório	116,85	0,00
Outros	4.086,25	3.717,34
Energia e fluidos	5.198,65	3.758,53
Eletricidade	3.552,42	2.472,38
Combustíveis	0,00	50,01
Água	1.646,23	1.236,14
Deslocações, estadas e transportes	1.820,00	8.145,37
Deslocações e estadas	1.820,00	7.098,85
Transportes de pessoal	0,00	1.046,52
Serviços diversos	5.410,07	2.629,03
Rendas e alugueres	2.256,25	270,00
Comunicação	475,54	992,78
Seguros	150,00	0,00
Despesas de representação	129,78	0,00
Limpeza, higiene e conforto	2.398,50	1.366,25
Total	67.928,54	61.373,94

5.4 - Outras divulgações sobre rendimentos e gastos

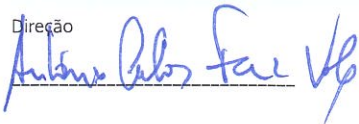
5.4.1 - Outros Rendimentos

Outros rendimentos e ganhos (com comparativo):

Nome / Descrição	Valor Período	Valor Período Anterior
Correções relativas a exercícios anteriores	2.140,61	0,00
Imputação de subsídios para investimentos	5.000,00	0,00
Total	7.140,61	0,00

5.4.2 - Outros Gastos

Direção



Contabilista Certificado N.º 71156





Outros gastos e perdas (com comparativo):

Nome / Descrição	Valor Período	Valor Período Anterior
Impostos	12,75	12,75
Correções relativas a exercícios anteriores	0,00	17,53
Outros não especificados	0,00	0,02
Total	12,75	30,30

6 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

6.1 - Outras divulgações

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data do balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Entidade como:

- Obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou
- Obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Ativos contingentes

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Entidade não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

7 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

7.1 - Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas

Direção

Contabilista Certificado N° 71156



Subsídios - informações detalhadas:

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent.- Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
Para ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
Para ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para outras naturezas de ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios à exploração	0,00	0,00	0,00	0,00	12.550,96	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor dos reembolsos efetuados no período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De subsídios ao investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De subsídios à exploração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	62.550,96	5.000,00	0,00	0,00	0,00

Subsídios - informações detalhadas - Quadro Comparativo (2024):

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent.- Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para outras naturezas de ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios à exploração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor dos reembolsos efetuados no período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De subsídios ao investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De subsídios à exploração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

No ano de 2025 o Município de Barcelos atribuiu um subsídio à Instituição para apoio das Obras de Conservação e Reparação do Edifício.

7.2 - Principais doadores / fontes de fundos

No ano de 2025: Os donativos ascendem a 16.453,91€, provenientes de particulares e empresas locais

No ano de 2024: Os donativos ascendem a 43.335,00€, provenientes de entidades públicas (Município de Barcelos, Freguesia de Areias de S. Vicente) = 28.219,74€; particulares e empresas locais =15.115,26€

8 - Instrumentos financeiros

8.1 - Base de mensuração e políticas contabilísticas adotadas na contabilização de instrumentos financeiros

É política da Entidade reconhecer um ativo, um passivo financeiro, ou um instrumento de capital próprio apenas quando se

Direção

Contabilista Certificado N° 71156

Página: 15 / 21



torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade mensura ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas, os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento, ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo, a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar "para o detentor em perda de valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de risco de crédito). Os contratos para conceder ou contrair empréstimo, em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são também mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas.

Os demais instrumentos financeiros são mensurados ao justo valor, com contrapartida em resultados. Nestes casos, a entidade não inclui os custos de transação na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro.

Enquanto a entidade, for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não é alterada para esse instrumento financeiro.

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

8.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte:

Capital próprio - movimentos do período:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Resultados transitados	97.914,15	0,00	2.828,89	100.743,04
Outras variações nos capitais próprios	0,00	0,00	45.000,00	45.000,00
Subsídios	0,00	0,00	45.000,00	45.000,00
Total	97.914,15	0,00	47.828,89	145.743,04

Capital próprio - movimentos do período - Quadro Comparativo (2024):

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Resultados transitados	104.000,42	0,00	-6.086,27	97.914,15
Total	104.000,42	0,00	-6.086,27	97.914,15

A variação que se verifica em resultados transitados é relativa à transferência do Resultado Líquido do ano de 2024, bem como ao reconhecimento em rendimento relativo à imputação do proveito dos subsídios ao investimento, na proporção das depreciações do período dos respetivos bens.

8.3 - Ajustamentos de valor reconhecidos no período em instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor

8.3.1 - Perdas por imparidade em ativos financeiros, conforme discriminação no quadro seguinte:

Direção

Contabilista Certificado N° 71156



Imparidade de ativos financeiros:

Descrição	Perdas por Imparidade Período	Rev. Perdas Imparidade Período	Valor Líquido Período	Perdas por Imp. Per. Anterior	Rev. Perdas Imp. Per. Anterior	Valor Líquido Per. Anterior
Dívidas a receber de clientes	1.566,89	0,00	1.566,89	0,00	0,00	0,00
Outras dívidas a receber	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instrumentos de capital próprio e outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras perdas por imparidade em ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1.566,89	0,00	1.566,89	0,00	0,00	0,00

8.3.2 - Discriminação das dívidas de cobrança duvidosa:

Dívidas de cobrança duvidosa - discriminação:

Descrição	Valor Período
Relativos a processos de insolvência e recuperação	0,00
Reclamadas judicialmente	0,00
Em mora:	1.566,89
Há mais de seis meses e até doze meses	1.043,75
Há mais de doze meses e até dezoito meses	394,04
Há mais de dezoito e até vinte e quatro meses	129,10
Há mais de vinte e quatro meses	0,00
Total	1.566,89

8.4 - Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Instrumentos financeiros por modelo mensuração - discriminação (ESNL):

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:	0,00	0,00	6.809,70	0,00	0,00
Clientes e utentes	0,00	0,00	1.943,20	0,00	0,00
Outros créditos a receber	0,00	0,00	4.866,50	0,00	0,00
Passivos financeiros:	0,00	0,00	43.268,11	0,00	0,00
Fornecedores	0,00	0,00	5.031,56	0,00	0,00
Outras dívidas a pagar	0,00	0,00	38.236,55	0,00	0,00
Ganhos e perdas líquidos:	0,00	0,00	-1.566,89	0,00	0,00
De ativos financeiros	0,00	0,00	-1.566,89	0,00	0,00
Rendimentos e gastos de juros:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Direção

Contabilista Certificado N° 71156



Instrumentos financeiros por modelo mensuração - discriminação (ESNL) - Quadro Comparativo (2024):

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:	0,00	0,00	1.090,60	0,00	0,00
Clientes e utentes	0,00	0,00	1.090,60	0,00	0,00
Passivos financeiros:	0,00	0,00	3.379,09	0,00	0,00
Fornecedores	0,00	0,00	3.302,09	0,00	0,00
Outras dívidas a pagar	0,00	0,00	77,00	0,00	0,00
Ganhos e perdas líquidos:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos e gastos de juros:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

9 - Benefícios dos empregados

9.1 - Divulgações relativas a membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão

O órgão de administração, de direção ou de supervisão é composto por:

Direção:

Presidente - António Carlos Faria Vale

Vice-Presidente - Miguel Francisco Gomes Coelho

Secretário - Pedro Miguel Cortez Faria

Tesoureiro - Paulo César Macedo da Silva

Vogal - Patrícia Sofia Sousa Costa

Os elementos da Direção não são remunerados

9.2 - Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Os valores inscritos na rubrica Encargos com Remunerações relativos ao ano anterior, correspondem aos montantes pagos à Segurança Social, a título de contribuição da entidade contratante dos trabalhadores independentes.

A entidade não possui trabalhadores com vínculo laboral.

Pessoal - benefícios:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	0,00	540,00
Encargos sobre as remunerações	0,00	540,00

10 - Acontecimentos após a data do balanço

10.1 - Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na

Direção

Contabilista Certificado N.º 71156



demonstração de resultados nem no balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2025 foram emitidas pela Direção em 27-04-2026

11 - Divulgações exigidas por diplomas legais

11.1 - Informação por atividade económica

Informação por CAE:

	Descrição	Atividade CAE 1	Total
	CAE	94995	
Vendas		0,00	0,00
Prestações de serviços		37.207,15	37.207,15
Fornecimentos e serviços externos		67.928,54	67.928,54
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		0,00	0,00
Gastos com o pessoal		0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis			
Valor líquido final		119.039,23	119.039,23
Total das aquisições		861,00	861,00
Propriedades de investimento			

Informação por CAE - Quadro Comparativo (2024):

	Descrição	Atividade CAE 1	Total
	CAE	94995	
Vendas		0,00	0,00
Prestações de serviços		30.646,33	30.646,33
Fornecimentos e serviços externos		61.373,94	61.373,94
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		0,00	0,00
Gastos com o pessoal		540,00	540,00
Outros gastos		540,00	540,00
Ativos fixos tangíveis			
Valor líquido final		85.269,57	85.269,57
Propriedades de investimento			

11.2 - Informação por mercado geográfico

Direção

Contabilista Certificado N° 71156



Informação por mercado:

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Prestações de serviços	37.207,15	0,00	0,00	37.207,15
Fornecimentos e serviços externos	67.928,54	0,00	0,00	67.928,54
Aquisições de ativos fixos tangíveis	861,00	0,00	0,00	861,00

Informação por mercado - Quadro Comparativo (2024):

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Prestações de serviços	30.646,33	0,00	0,00	30.646,33
Fornecimentos e serviços externos	61.373,94	0,00	0,00	61.373,94

11.3 - Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos em mora: A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados. Não existem acordos de regularização de dívidas.
- Dívidas à Segurança Social em mora: A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações legais nos prazos legalmente estipulados. Não existem acordos de regularização de dívidas.

12 - Impostos e contribuições

12.1 - Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

Impostos - componentes:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	-4.528,49	2.828,89
Imposto corrente	0,00	0,00
Imposto diferido	0,00	0,00
Imposto sobre o rendimento do período	0,00	0,00
Tributações autónomas	0,00	0,00
Taxa efetiva de imposto	0,00	0,00

12.2 - Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

À data do balanço não existem quaisquer dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social.
O valor a débito constante na conta do IVA é relativo à restituição dos 50% do IVA relativamente a Bens relacionados com Edifícios e Construções, Aquisição e Reparação dos Ativos Fixos Tangíveis e Bens alimentares destinados aos utentes, conforme o DL 84/2027 de 21 de julho

Direção

Contabilista Certificado N° 71156



Estado e Outros Entes Públicos:

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	4.708,10	0,00	0,00	0,00
Total	4.708,10	0,00	0,00	0,00

13 - Fluxos de caixa

13.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica "Caixa e seus equivalentes" inclui os valores em numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Caixa e equivalentes - desagregação:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	5.352,36	8.416,10	6.204,08	7.564,38
Depósitos à ordem	12.409,60	124.645,49	90.693,84	46.361,25
Total	17.761,96	133.061,59	96.897,92	53.925,63

Caixa e equivalentes - desagregação - Quadro Comparativo (2024):

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	595,54	10.040,26	5.283,44	5.352,36
Depósitos à ordem	10.212,79	66.846,45	64.649,64	12.409,60
Total	10.808,33	76.886,71	69.933,08	17.761,96

Direção

Contabilista Certificado Nº 71156

Página: 21 / 21